

■ Nota introdutória ■

Renato DI RUZZA ⁽¹⁾ e *Marianne LACOMBLEZ* ⁽²⁾

⁽¹⁾ Centre d'épistémologie et d'ergologie comparatives
Aix-Marseille Université
renato.diruzza@univ-amu.fr

⁽²⁾ Centro de Psicologia da Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto
lacomb@fpce.up.pt

1. Após as discussões a que deram lugar os nossos encontros e publicações comuns (Laboreal, Volume IV, No.1, 07-2008; Ergologia, 2009, nº 2), nós nos reunimos para debater o modo como poderíamos, com o auxílio da *démarche* ergológica, articular os conceitos de trabalho e de desenvolvimento e eventualmente renovar os seus conteúdos. Dado de que se trata de uma tarefa difícil, era necessário preparar-nos para outras permutas e possíveis controvérsias e polémicas. Essa dificuldade deve-se, antes de mais nada, à própria natureza das noções de trabalho e de desenvolvimento que:
 - são noções transversais, presentes em diversas disciplinas académicas, que acolhem numerosas definições, podendo, por vezes, completar-se e também, por vezes, contradizer-se;
 - são, por esse fato, noções pluridisciplinares que exigem o diálogo entre numerosas abordagens, o que nem sempre é evidente na sua implementação;
 - são noções que não convém serem pensadas em «exteriori-

dade».⁴ Dito de outro modo, elas necessitam, na sua própria definição, de integrar os saberes experienciais daqueles que trabalham e procuram ser atores e beneficiários do desenvolvimento. Além disso, o «ponto de vista da atividade»,⁵ aqui essencial, nunca é fácil de fazer emergir;

- são noções cujas ligações não só podem parecer evidentes, como também podem parecer evidentes as respectivas definições. Mas sabemos muito bem que a evidência nem sempre é boa conselheira quando se trata de compreender as coisas e de as alterar;
- são, enfim, noções que combinam estreitamente uma visão analítica, de produção de conhecimento, o que remete para questões de natureza epistemológica, e uma visão normativa, que coloca a questão da governabilidade das pessoas e dos grupos sociais, o que remete, necessariamente, ao campo da política.⁶

4 Referência à noção de exterritorialidade desenvolvida por Yves Schwartz, que pode definir-se rapidamente como a postura de certos especialistas das ciências humanas e sociais que se esforçam por manter uma posição de neutralidade em relação ao seu objeto, o que lhes daria autoridade para decretar o significado do que **vivenciam** os seus semelhantes (dispensando geralmente o ponto de vista deles) e para dizer o que lhes convém. Num texto escrito com Adriano Rufino e Fyad Abderrahmane (2008), Y. Schwartz precisa que «a postura da «exterritorialidade» começa então quando pretendemos dispor de uma versão estabilizada desses valores, de uma capacidade de hierarquizá-los, de os declinar, ou integrá-los numa «ciência», da mesma forma que o fazem as modelizações conceituais produzidas no polo da «desaderência». E pensamos, portanto, poder impor avaliações, direções «boas» de desenvolvimento, ou interpretar o «sistema de valores» dos outros, sem nos sentirmos constrangidos a aprender a partir das experiências reais de vida, como as atividades humanas se debatem com os valores». Para mais amplos desenvolvimentos sobre essa noção essencial cf. o capítulo «Ergonomie, philosophie et exterritorialité» da obra de Schwartz, 2000.

5 O «ponto de vista da atividade» valoriza esta enquanto lugar de uma dialética onde se articulam os debates do sujeito com todos os tipos de normas produzidas no histórico-social. Essas normas são anteriores aos sujeitos, mas é a história desses sujeitos, por vezes anterior a essas normas, que permite aproximar localmente o resultado das negociações em que se origina, a cada vez, a reconfiguração do meio (Schwartz, Adriano & Abderrahmane, 2008).

6 Cf. M. Foucault, que desenvolveu a noção de «biopolítica» para designar a forma de exercício do poder que incide na vida dos seres humanos (Foucault, 2004).

Não desenvolveremos aqui cada um desses pontos: esta publicação, com a diversidade de contribuições, tem por finalidade tentar provê-los. Ilustremos, sobretudo, alguns aspectos com base no conceito de desenvolvimento para tentar precisar, se não do que falamos, pelo menos do nosso ponto de partida.

2. No campo socioeconômico, o desenvolvimento não se tornou uma questão «a conceitualizar» senão após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente desde janeiro de 1949, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, nomeia o mundo dos «países subdesenvolvidos» que opõe ao dos «países desenvolvidos». O contexto político é o dos prelúdios da «guerra fria» e o «Ponto Quatro» do discurso de investidura de Truman diz muito sobre o projeto definido: «Mais de metade das pessoas no mundo vive em condições próximas da miséria. Não têm o suficiente para comer. São vítimas de doenças. A sua pobreza constitui um *handicap* e uma ameaça tanto para eles como para as regiões mais prósperas⁷». Em face do «bloco comunista», convém aos Estados Unidos propor uma via de «desenvolvimento» que é a do capitalismo industrial ocidental. Daí que nascem não somente o discurso da «ideologia do desenvolvimento», que assimila as noções de «crescimento», de «industrialização», de «progresso» e de «desenvolvimento» e que faz dos países desenvolvidos o «modelo a seguir», mas também o esforço teórico e conceitual que, inscrevendo-se nessa ideologia e aceitando-lhe as premissas, permite debater as condições que favoreceriam o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Podem inserir-se aqui, nomeadamente, a consolidação do «velho desenvolvimentismo» na América Latina, a partir dos anos 50 (Fiori, 2012) que, legitimado por teorias como a de Walter Rostow (1960), consagrava as etapas de uma «modernização» numa história, idealizando o que os sistemas políticos norte-americano e europeu deviam permitir à nação, mas sobretudo às suas elites.

7 Sublinhado nosso.

Naturalmente, diversas configurações do desenvolvimento seriam a seguir convocadas, nomeadamente no cenário em que o Estado exerce um papel ativo na condução da economia nacional, recorrendo a instrumentos keynesianos, a fim de tornar menos dramáticos os ciclos de declínio – a que alguns chamam um «capitalismo organizado pelo Estado», em que o uso do poder político é concebido com o objetivo de regular os mercados econômicos (Fraser, 2009).

As abordagens essencialmente econométricas, avaliando unicamente o desenvolvimento por intermédio do Produto Interno Bruto (PIB), foram revistas e completadas com recurso a outros indicadores – por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou o Índice de Pobreza Humana (IPH).

Mas no fundo, global e tendencialmente, a ideologia trumaniana do desenvolvimento raramente é posta em causa: além de algumas petições de princípio, que aliás viriam relativamente tarde, o desenvolvimento foi progressivamente conceitualizado com referência ao modelo que emergiu da experiência europeia do séc. XIX. Três observações se fazem necessárias:

- a) A história dessa conceitualização cruza, com ponderações diferentes conforme as correntes de pensamento, todos os ingredientes que fundam a «postura ideológica»:
 - um conjunto de representações/concepções do mundo, não deixando nenhuma parte do real fora do seu alcance e pretendendo encerrar o essencial desse real na suposta coerência dos seus conceitos. Esse conjunto organiza a totalidade do discurso da sociedade sobre ela própria.
 - uma força de mobilização das energias, das práticas, tendo por função ditar normas e fornecer diretivas individuais e coletivas nomeadamente sobre o trabalho e a sua organização (assim, com as «transferências de tecnologias» previstas desde logo por Truman, organizou-se igualmente uma transferência do modelo produtivo do tipo taylorista);

- uma opacificação das realidades, constitutivas de uma «falsa consciência» no sentido que lhe dá G. Lukács,⁸ exclusivamente definidas por uma categoria de análise desenvolvimento/subdesenvolvimento, abolindo qualquer referência às especificidades histórico-sociais.
- b) Compreende-se, desde então, que se trata de um domínio profundamente conflitual, refratando todos os desafios políticos mundiais: imperialismo, guerra fria, colonização/descolonização, etc. Todas as conceitualizações do desenvolvimento tomam partido nesses conflitos, o que conduz, no global, a uma maior confusão, tanto mais que a segunda metade do séc. XX foi um período excepcional na história econômica e social: um crescimento nunca antes registrado, no decorrer dos anos 50 e 60 (os «trinta gloriosos»), seguido por uma crise duradoura do mundo capitalista e pelo afundamento da experiência soviética; uma mutação organizacional e tecnológica rápida e profunda que transformou os modelos produtivos, o trabalho e a sua organização; uma reconfiguração da geopolítica mundial dificilmente analisável – mas onde parece, cada vez mais manifesto, que a fórmula de um Estado procurando dominar os mercados foi invertida, numa dinâmica em que os mercados são invocados para domesticar as políticas (Fraser, 2009). É nesse quadro movediço que as diversas figuras do desenvolvimento, oriundas de múltiplas disciplinas, são alternativamente ou mesmo simultaneamente convocadas e questionadas: o desenvolvimento como simples evolução, o desenvolvimento como mudança de forma (no sentido matemático), o desenvolvimento como objetivo ou como finalidade, o desenvolvimento

8 A noção de «falsa consciência» está ligada, em G. Lukács (1960), à de «reificação» que ele retoma de Marx. Ela engloba três aspectos que ressaltam do mundo dos valores: 1) a reificação da relação com as coisas que faz com que essas últimas não sejam vistas senão sob as suas relações quantitativas; 2) a reificação da relação com os outros (a ideologia no sentido tradicional do termo), que conduz a não ver o outro senão através do prisma dos preconceitos; 3) a reificação da relação consigo (a alienação), que interdita o reconhecer-se e fazer-se reconhecer nas e pelas suas atividades.

como «crescimento», o desenvolvimento como estruturação, o desenvolvimento controlado e «durável», ou mesmo o «desenvolvimento do subdesenvolvimento».⁹

- c) A conceitualização do desenvolvimento se efetuou, pois, inseparavelmente da do subdesenvolvimento, como se se admitisse, em substância, que uma zona (espaço, território, país, etc.) subdesenvolvida fosse uma zona que não era desenvolvida e que, inversamente, uma zona desenvolvida fosse uma zona que não era subdesenvolvida. Dito de outro modo, um país desenvolvido é um país que sofreu um processo de desenvolvimento cujas características o aproximam dos «modelos» que representam os países ditos «ocidentais»; um país subdesenvolvido é um país que não conheceu esse processo de desenvolvimento. Toda a conceitualização do desenvolvimento no campo econômico e social assenta, portanto, em pelo menos três questões:
- Quais foram as características dos países ocidentais que fizeram deles países desenvolvidos? Estão elas ainda presentes?
 - O que aconteceu aos países que fracassaram numa evolução desse tipo?
 - Por que e de que forma tentam determinados países não enveredar pelo mesmo caminho?

O trabalho industrial e a industrialização estiveram no cerne das respostas tradicionalmente dadas a essas questões. Aliás, considerou-se frequentemente que o «trabalho» não apareceu nos países «subdesenvolvidos» senão com a transferência das tecnologias industriais.

Mas, no mundo contemporâneo – em que a «relação de serviço» parece dever tornar-se predominante, em que as tecnologias da informação e da comunicação fazem romper a unidade espacial e temporal dos processos de trabalho, em que o trabalho de organização sobreleva a organização do trabalho nas *performances* econômicas e sociais –, somos levados a nos interrogar a propósito da história recente e atual de países hoje ditos «em vias de

9 Essa expressão paradoxal é de André Gunder Frank (Gunder Frank, 1970).

desenvolvimento» ou «pouco desenvolvidos», que foram constrangidos, sob ameaça dos efeitos de um não reembolso das dívidas nacionais, a adotar «programas de ajustamento estruturais» de efeitos devastadores (Nouroudine, 2008). Aqui, os «mercados» financeiros domesticaram efetivamente as orientações políticas, e a dinâmica foi a de um desenvolvimento do subdesenvolvimento.

A nossa ambição, aqui e mais tarde, deve assim ser a de propor respostas novas.

3. A contribuição da *démarche* ergológica para essa ambição pode retomar a reflexão de Nouroudine (2008). Pode dizer-se, com ele, que, se as abordagens clássicas do desenvolvimento se referem em geral à questão do emprego, elas esquecem muito frequentemente a atividade de trabalho no seu sentido mais lato. Ele defende, assim, que não pode haver desenvolvimento se o trabalho não for encarado em todas as suas modalidades e em toda a sua complexidade. Com essa perspectiva, retomando a distinção ergológica entre «normas antecedentes» e «renormalização»,¹⁰ dá a entender que esse processo, face aos «eixos estratégicos» dos «programas de ajustamento estruturais», permite ver a vida real das populações melhorar. Consistindo seguramente a questão em que, se o trabalho é «esquecido» nos documentos oficiais orientadores das transformações em vista, o mesmo não é nem programado nem prescrito e não pode ser antecipado. A abordagem das intervenções deve, em consequência, dar prioridade à consideração de tudo o que releva simultaneamente do constrangimento e dos recursos oferecidos pelas situações reais de vida, de um modo geral, e do trabalho, em particular. Trata-se,

10 Renormalização: O ser humano, como qualquer ser vivo, está exposto a exigências ou normas, continuamente emitidas, e em quantidade, pelo meio no qual se encontra. Para existir enquanto ser individual, vivente, e em função das lacunas das normas desse meio face à inumerável variabilidade da situação local, ele vai, e tem de, tentar permanentemente reinterpretar as normas que lhe são propostas. Procedendo assim, tenta configurar o meio como seu próprio meio. É o processo de re-normalização que está no cerne da atividade. De um lado, cada um consegue transgredir certas normas, distorcendo-as de modo a se apropriar delas. Por outro lado, suporta-as como qualquer coisa que se impõe do exterior (por exemplo, a linguagem é, na atividade, um esforço de singularização do sistema normativo que é a língua).

insiste Nouroudine, “de uma postura epistemológica e ética que conduz a colocar a atividade no cerne do trabalho e o ser humano no cerne do desenvolvimento, a fim de que as populações em causa possam pensá-los e vivê-los juntos”.

Os textos que se seguem representam todo o essencial dessa postura. Eles a trabalham, todavia, de maneira específica, recorrendo à conceitualização ergológica de modos variados. Uma proximidade bastante grande existe, entretanto, entre as diversas metodologias utilizadas nas pesquisas e na *démarche* ergológica, mesmo quando essa última nem sempre estava na sua origem.

Será notada, também, a amplitude do espectro das temáticas abordadas pelo conjunto das contribuições, que vai de questões epistemológicas abstratas a questões políticas e de justiça, imediatas e urgentes, passando pelo esforço de uma conceitualização teórica heterodoxa e crítica.

A Ergologia é uma das raras *démarches* que tenta cobrir o conjunto desse espectro; ela não é naturalmente a única, mas disso se reivindica explicitamente. Devemos, portanto, colocar-nos necessariamente a seguinte questão: O que é que a *démarche* ergológica pode acrescentar aos trabalhos que desejam renovar o tema das ligações entre trabalho e desenvolvimento?

Relembremos aqui que a Ergologia não é uma «disciplina que viria justapor-se às disciplinas acadêmicas existentes: não seria nem “a ciência do trabalho” nem “a ciência das atividades humanas” que teria por ambição “dizer a verdade” em vez dos e no lugar dos sociólogos, dos psicólogos, dos ergonomistas, dos economistas, etc. No domínio do trabalho, por exemplo, os conhecimentos são efetivamente produzidos essencialmente pelas disciplinas que os consideram como seu objeto de estudo. O que a Ergologia propõe é a formalização de um modo particular de produção de conhecimentos que assenta no diálogo e/ou na confrontação entre os saberes elaborados pelas disciplinas acadêmicas tradicionais e os saberes que os diversos protagonistas das atividades humanas põem em prática na execução da sua atividade. Já existem, obviamente, disciplinas para as quais este é um princípio adquirido (por exemplo, a maior parte da sociologia do trabalho ou da Ergonomia da atividade). Mas há outras que o ignoram quase

completamente (nomeadamente a ciência econômica). Não se trata, pois, de negar, de recusar, de abolir, de rejeitar os conhecimentos de que são portadoras as disciplinas acadêmicas, mas de as «pôr em dúvida», em diálogo, em debate com o que podem dizer os protagonistas sobre o modo como exercem a sua atividade.

Desse ponto de vista, a Ergologia é «indisciplinada» e «indisciplinar», não por efeito da moda, engendrado pelos apelos à pluridisciplinaridade, porém muito simplesmente porque os saberes dos protagonistas das atividades humanas não são, na sua essência, da ordem da disciplina científica. Não se trata, naturalmente, de negar as competências disciplinares de tal ou tal trabalhador (o contabilista deve saber de contabilidade ; o médico, de medicina), mas de admitir o fato de que, na sua atividade concreta, há sempre muito mais do que essas competências disciplinares. Pode-se, evidentemente, ignorar esse «mais», atirá-lo para o saco dos «saberes vulgares», mas é uma escolha epistemológica de que é necessário se estar consciente e que merece discussão. Esse tipo de pluridisciplinaridade («indisciplinar») não se constrói, então, no conhecimento dos conhecimentos produzidos por diversas disciplinas, mas muito no reconhecimento de que os conhecimentos de uma disciplina podem ser perturbados por saberes que dela não fazem parte. A isso Georges Canguilhem chamava as “*matières étrangères*” [matérias estrangeiras] (Canguilhem, 1966). É igualmente o fundamento da «sociologia das ausências» de Boaventura de Sousa Santos, formulado a partir da sua crítica «das epistemologias dominantes do Norte», que têm, segundo ele, «desenvolvido uma particular capacidade de racionalizar o irracional, impedindo-o de ser confrontado com formas alternativas de racionalidade» (Sousa Santos, 2011a).¹¹

11 O projeto teórico de B. de Sousa Santos, definido nas suas sociologias «das ausências» e das «emergências», visa a uma nova configuração da produção e da avaliação dos conhecimentos ou saberes – sejam eles científicos ou não – no quadro do que ele chama uma «epistemologia do Sul», permitindo a realização de uma «justiça cognitiva global», a outra face da «justiça social global» (Sousa Santos, 2011b). Tratar-se-ia de uma nova epistemologia que estabeleceria «novas relações entre diversos tipos de saberes na base das práticas das classes e dos grupos sociais, que sistematicamente têm sofrido as desigualdades e com as discriminações devidas ao capitalismo e ao colonialismo. O Sul não é, portanto, um conceito geográfico ainda que a grande maioria das populações implicadas vivam no hemisfério sul» (Sousa Santos, 2011a, p.38 et 39).

Dito de outra maneira e para resumir, a *démarche* ergológica é um dos modos de reflexão no que concerne à produção de conhecimentos em todas as atividades humanas socializadas. É, por isso, susceptível de se relacionar com todas as disciplinas acadêmicas que as tomam por objeto, considerando dois princípios fundadores, que permitem estudá-las «do ponto de vista da atividade»:

- A atividade é sempre o lugar de um «debate de normas», e, neste debate de normas, na «renormalização das normas antecedentes», são produzidos saberes sobre a própria atividade, saberes que convém pôr em diálogo com os saberes produzidos «em exterioridade» pelas disciplinas acadêmicas;
 - Esses saberes «investidos» na atividade não podem ser postos em palavras a não ser pelos seus protagonistas.
4. Na perspectiva ergológica, os conceitos de trabalho e de desenvolvimento não dispõem de um estatuto idêntico. Respeitante ao conceito de trabalho, apesar da fluidez que o caracteriza, estudá-lo do ponto de vista da atividade não levanta dúvidas porque temos o hábito de analisar situações reais de trabalho (é mesmo a partir daí que se constituiu a *démarche* ergológica). As diversas contribuições apresentadas nos capítulos que se seguem mostram que não se pode falar do trabalho do outro sem considerar o «ponto de vista da atividade», ou seja, não considerando o que disse esse outro que trabalha. Todo o problema consiste em saber como transpor esse princípio para – o conceito de desenvolvimento – e não é fácil. Se o trabalhador pode pôr em palavras a sua própria atividade, pode ignorar ou pôr em dúvida o fato de que a sua atividade contribui para um processo de desenvolvimento. É verdade que a tradução em palavras dessa contribuição singular é de uma outra ordem. O «ponto de vista da atividade» na análise do desenvolvimento compromete-nos, então, com *démarches* que nem sempre são fáceis de circunscrever.

Face a essa dificuldade, pode-se tratar do papel e do lugar do trabalho no desenvolvimento como o faz Rémy Jean no seu artigo publicado na Revista Ergologia: não há desenvolvimento que valha sem concretização do direito a trabalhar e a retirar desse trabalho um

rendimento que permita viver em condições satisfatórias, tendo em conta o nível de desenvolvimento alcançado por uma dada sociedade (Jean, 2011).

Mas pode igualmente reformular-se a definição de desenvolvimento para torná-la homogênea, do ponto de vista da atividade, com a de trabalho. É, no fundo, o que tenta Dominique Efros quando escreve:

«O desenvolvimento pode ser definido, de modo muito geral, como um processo de apropriação do meio de vida que transforma as capacidades de domínio das situações de vida individuais e coletivas; como um processo que permite aos indivíduos de todas as idades e aos coletivos reforçar ou adquirir poder sobre o que determina as suas situações de vida e a sua atividade» (Efros, 2012, p. 11).

Percebe-se imediatamente a proximidade dessa definição com a que seria possível dar de trabalho. «O trabalho pode ser definido, de modo muito geral, como um processo de apropriação do meio de vida que transforma as capacidades de domínio das situações de vida, individuais e coletivas; como um processo que permite aos indivíduos de todas as idades e aos coletivos reforçar ou adquirir poder sobre o que determina as suas situações de vida e a sua atividade». O trabalho seria, desse modo, definido como atividade, mas, ao mesmo tempo, como relação de forças e de poderes e como potencialidade de domínio do destino dos indivíduos e dos coletivos.

Seria, pois, possível ultrapassar a justaposição dos conceitos de trabalho e de desenvolvimento para lhes analisar as ligações, considerando que é a natureza do trabalho – o seu conteúdo, as condições nas quais acaba por ser exercido e os efeitos dessas últimas em termos de saúde – que define o desenvolvimento: seja porque o trabalho corresponde a essa definição e engendra um processo de desenvolvimento, seja porque não corresponde, porque a atividade não permite nem a apropriação do meio nem o domínio das situações individuais e coletivas, não podendo existir, então, nenhum processo de desenvolvimento.

É esse, de certo modo, o projeto que subteme as iniciativas que se inserem no setor da economia social, também chamada de solidária (Ramos, 2011). Não é evidentemente um acaso se, quando das II Jornadas da rede internacional «Ergologia, trabalho e desen-

volvimento», organizadas em Belo Horizonte, em 2009, diversas experiências sociais e produtivas foram apresentadas, tendo em comum certos aspectos de cooperativismo, de autogestão, testemunhando a firmeza de preocupações com a preservação de patrimônios sociais e culturais (Echternacht, 2010). Essas jornadas foram, aliás, encerradas com uma declaração de princípios, realçando que as políticas de desenvolvimento não o serão verdadeiramente se não se inscreverem nos saberes, nos valores, nas competências, nas práticas sociais e políticas próprias das atividades produtivas locais e atuais.

As experiências relatadas constituíam assim fórmulas, procurando, de certo modo, garantir, para a região, um «bem viver» em oposição a um «viver bem» à ocidental. A via é, de fato, aquela que guarda as suas distâncias face a um desenvolvimento essencialmente concebido numa lógica de «crescimento» da riqueza nacional em termos de PIB, abrindo-se preferencialmente às alternativas de desenvolvimento, que desdobram as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade, a fim de que todos possam levar uma «boa vida».

Referências Bibliográficas

- Canguilhem, G. (1966/2009). *O normal e o patológico*. São Paulo: Editora Forense Universitária.

- Echternacht, E. (2010). Activité humaine, travail et développement: la gestion de la santé humaine dans les expériences productives locales en débat. *Ergologia*, 4, 118-135.

- Efros, D. (2012). Que abordagem das questões de desenvolvimento: participativa e/ou ergológica? *Seminário internacional «Ergologia, Trabalho e Desenvolvimentos» (Livro de resumos)*. 11-14. Porto: FPCEUP.

- Fiori, J. L. (2012). *Para reler o «velho desenvolvimentismo»*. *Rumos do Brasil – Propostas para um país melhor*. <http://www.rumosdobrasil.org.br/2012/01/12/para-reler-o-velhode-senvolvimentismo/> (acesso 20/07/2012).

- Foucault, M. (2004/2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes Selo Martins

- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, *Mediações. Revista de Ciências Sociais*, 14, 2, 11-33.
- Gunder Frank, A. (1970). *Le développement du sous-développement en Amérique latine*. Paris: Maspero.
- Jean, R. (2011). Eléments pour une approche ergologique de la relation travail – développement. *Ergologia*, 6, 21-40.
- Lukács, G. (1960/1974). *História e consciência de classe*. Lisboa, Publicações Escorpião.
- Nouroudine, A. (2008). O trabalho: componente esquecida no documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza nos Comores. *Laboreal*, 4, (1), 29-38.
- Ramos, M. C. (2011). Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*, 7, (1), 81-104.
- Sousa Santos, B. (2011a). Epistémologies du sud. *Études rurales*, 187, 21-50.
- Sousa Santos, B. (2011b). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial (1ª edição revista).
- Rostow, W. (1960). *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge University Press.
- Schwartz, Y. (2000). *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès Editions.
- Schwartz, Y. (2005). Actividade. *Laboreal*, 1, (1), 63-64.
- Schwartz, Y. & Adriano, R., Abderrahmane, F. (cols.) (2008). Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. *Laboreal*, 4, (1), 10-22. <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56o-TV658223439657; 8:3872>